

OCORRÊNCIA DE FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO CANCER DE COLO DO ÚTERO NA POPULAÇÃO FEMININA DE FLORIANO, PIAUÍ

Marla da Paschoa Costa (bolsista do ICV/FAPEPI), Juciane Vaz Rego (Co-orientadora, CAFS - UFPI), Tásia Moura Cardoso do Vale (colaboradora, UFPI), Alann Bispo da Silva (graduando, UFPI), Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes (colaborador, UFPI), Humberto Medeiros Barreto (Orientador - CAFS - UFPI)

INTRODUÇÃO

O câncer de colo uterino (CCU) é a segunda causa de morte por câncer entre mulheres no mundo, com maior incidência nos países em desenvolvimento. A infecção persistente por papilomavírus humano (HPV) com alto potencial oncogênico é considerada causa necessária, embora não suficiente para o desenvolvimento desta neoplasia.¹ Evidências sugerem que a herança genética, o estado imune, fatores hormonais associados ao uso prolongado de contraceptivos orais, tabagismo, início precoce da atividade sexual e reprodutiva, múltiplos parceiros, condições sócio-econômicas, nível de instrução, além de certas deficiências nutricionais, podem funcionar como co-fatores que contribuem para a persistência da infecção pelo HPV.² O presente trabalho teve como objetivos investigar a ocorrência de fatores de risco associados ao cancer de colo do útero na população feminina de Floriano, Piauí, bem como relacionar os fatores investigados com as características sócio-demográficas desta população. Também se propôs a analisar a adequação das atitudes frente às doenças sexualmente transmissíveis, a adequação da prática das mulheres em relação a consulta ginecológica e ao uso de preservativo.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um inquérito domiciliar de natureza descritiva com abordagem quantitativa envolvendo 284 mulheres residentes na zona urbana, do município de Floriano-PI, com idade igual ou superior a 15 anos, selecionadas de forma aleatória e entrevistadas no período de novembro de 2009 a julho de 2010. A amostra foi estratificada com base na renda familiar tendo como parâmetro o salário mínimo, sendo consideradas como classe baixa, as mulheres com renda familiar até um salário mínimo e de classe média, aquelas que tinham renda familiar acima de um salário mínimo. Foram incluídas na pesquisa as mulheres dentro da faixa etária estabelecida, que concordaram em participar e se dispuseram a responder a uma entrevista por meio de questionário estruturado. Aquelas que concordaram em participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As variáveis sócio-demográficas analisadas foram correlacionadas com o grau de adequação da atitude em relação ao risco de desenvolver alguma doença sexualmente transmissível (DST), com o grau de adequação da prática em relação à consulta

ginecológica e com o grau de adequação da prática quanto ao uso de preservativo. Considerou-se ter atitude adequada em relação ao risco de desenvolver algum tipo de DST as mulheres que afirmaram ter um baixo, médio ou alto risco. Considerou-se ter prática adequada em relação a consulta ginecológica as mulheres que a realizaram no ano anterior a pesquisa. Considerou-se ter prática adequada em relação ao uso de preservativo as mulheres que afirmaram sempre utilizá-lo preservativo nas relações sexuais. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI (CAAE: 0156.0.045.000-09).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando indagadas sobre o grau de risco que corriam de adquirir alguma DST, apenas 56,3% das entrevistadas apresentaram uma atitude adequada, afirmando ter um baixo, médio ou alto risco. Foi verificado que as mulheres com maior escolaridade apresentaram um maior grau de adequação da atitude em relação ao risco de se adquirir alguma DST, provavelmente porque estas obtiveram a orientação adequada, seja através da escola ou através da utilização dos serviços de saúde. Um percentual de 60,7% apresentou uma prática adequada em relação à consulta ginecológica, tendo realizado a consulta no ano anterior à pesquisa. Um maior grau de adequação em relação a esta prática foi apresentado pelas mulheres com idade entre 40 e 50 anos, com maior escolaridade, casadas ou que vivem em relação estável e com maior renda familiar. É possível que as mulheres com estas características estejam mais sensibilizadas sobre a importância da regularidade das consultas ginecológicas para prevenção de DSTs e suas complicações. No caso das casadas, possivelmente porque receberam melhor orientação médica, ao procurar os serviços de saúde para fazer controle familiar ou pré-natal. Apenas 17,3% das entrevistadas apresentaram uma prática adequada em relação ao uso de preservativo, declarando que sempre o utilizam. Um maior grau de adequação da prática em relação ao uso de preservativo foi verificado em mulheres nas faixas etárias abaixo de 18 anos e de 18 a 28 anos, solteiras e com ensino médio completo. O grau de adequação da prática foi muito baixo nas mulheres casadas (8,5%), provavelmente porque tais mulheres estejam subestimando o risco de transmissão da infecção através de seus parceiros. A infecção por HPV e a presença de alterações citológicas estão significativamente associadas à idade mais precoce no início das relações sexuais.³ No presente estudo, verificou-se um percentual de 20,7% de mulheres com início precoce da atividade sexual (entre 10 e 15 anos) e 56,0% que iniciaram a atividade sexual dos 16 aos 21 anos, sugerindo importante causa para o acréscimo da prevalência de HPV e as lesões decorrentes desta infecção na população estudada. Estes resultados são ainda mais preocupantes quando se considera que na faixa etária abaixo de 18 anos, somente 26,7% relataram que sempre utilizam o preservativo.

CONCLUSÃO

Foram identificados fatores de risco para a infecção por HPV na população estudada, sendo os mais importantes a prática de sexo sem o uso de preservativo e a relação com mais de um parceiro. Também se verificou um percentual significativo de mulheres que não estão fazendo consultas periódicas ao ginecologista, principalmente na faixa etária abaixo de 18 anos, idade de maior susceptibilidade à infecção. O baixo percentual de mulheres com atitude adequada em relação ao grau de risco de adquirir alguma DST demonstra que uma parcela importante desta população apresenta poucos esclarecimentos em relação ao risco de infecção pelo HPV e indicam a necessidade de intensificação das campanhas preventivas. Também é necessária a adoção de estratégias para que estas informações possam atingir especialmente as mulheres jovens, solteiras e com renda e escolaridade baixas.

REFERENCIAS

1. MUÑOZ, M.; CASTELLSAGUÉ, X.; DE GONZÁLEZ, A.B.; GISSMANN, L. Chapter 1: HPV in the etiology of human cancer. *Vaccine*, v. 24, p. 1-10, 2006.
2. SHIELDS, T. S.; BRINTON, L. A.; BURK, R. D.; WANG, S. S. *et al.*. A case-control study of risk factors for invasive cervical cancer among U.S women exposed to oncogênico types of human papillomavirus. *Cancer Epidemiology Biomarkers & Prevention*, v. 13, p. 1574 – 1582, 2004.
3. ROTELI-MARTINS, C.M.; LONGATTO FILHO, A.; HAMMES, L.S.; DERCHAIN, S.F.M. *et al.* Associação entre idade ao início da atividade sexual e subsequente infecção por papilomavírus humano: resultados de um programa de rastreamento brasileiro. *Rev Bras Ginecol Obstet.*, v. 29, n. 11, p. 580-7, 2007

Palavras-chave: Papilomavírus humano. Fatores de risco. Neoplasias do colo do útero.

APOIO: FAPEPI